



# VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS  
VI SEMINÁRIO DO PIBID  
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18

FORTALEZA - CE

## O PAPEL SOCIAL DA UNIVERSIDADE: a expansão da política de formação de professores no interior da Bahia

IVETE TEIXEIRA DOS SANTOS

itsantos@uneb.br

CAMILA PALMEIRA FERREIRA AROUCA  
camilaarouca@gmail.com

DANIELE SANTANA SANTOS  
danielesantana@hotmail.com

GINALDO CARDOSO DE ARAÚJO  
ginaldouneb@gmail.com

MÁRCEA ANDRADE SALES  
masales@uneb.br

Universidade do Estado da Bahia

## THE SOCIAL ROLE OF THE UNIVERSITY: the policy of teacher formation expansion in small town in the state of Bahia

### Resumo

O texto em tela é um recorte de pesquisas realizadas em Programa de Pós-graduação *stricto sensu*, e, neste momento, nosso objetivo é discutir o papel social da Universidade e sua responsabilidade institucional na formação de professores; bem como, a expansão da política de formação de professores da Educação Básica no interior do estado da Bahia. A literatura da Área aponta que, no Brasil, ainda há uma carência expressiva na formação de professores na Educação Básica, principalmente, no interior do país, o que provoca o surgimento de políticas para ampliação na oferta de vagas nos cursos de licenciaturas e em Programa para esse público. Assim, indagamo-nos: Qual o papel social da Universidade, frente aos desafios da formação de professores da Educação Básica, principalmente, no interior do estado da Bahia? Em sua responsabilidade com a educação, qual a articulação necessária pode, e deve ser feita, entre Universidade e a Educação Básica? Em nossas pesquisas, os resultados, ainda que parciais, evidenciam que a Universidade tem se esforçado para cumprir suas responsabilidades institucionais com a formação de professores da Educação Básica no interior do estado, rompendo barreiras do tradicionalismo no ensino e na gestão; assim como, acolhendo projetos, a fim de desenvolver outras formas de ensinar e aprender no interior das salas de aulas.

**Palavras-chave:** Formação de Professores, Políticas Públicas Educacionais, Universidade.

### Abstract:

The present text is an excerpt from studies carried out in a *stricto sensu* postgraduate program, and at this moment our objective is to discuss the social role of the university and its institutional responsibility for the formation of teachers, as well as the expansion of formation policies for elementary education teachers in small towns in the state of Bahia. The literature in this area points out that in Brazil there is a significant lack of courses for the formation of elementary school teachers, especially in remote areas of the country, which leads to the emergence of policies intended to increase the number of places on courses in B.Ed. and on programs designed for this public. That said, we ask the following questions: what is the social role of the university when it comes to the challenge of offering teacher formation courses, particularly in small towns in the state of Bahia? Considering its responsibility for education, what is or should be the necessary articulation between the university and basic education? In our studies, the results, albeit partial, show that the university is making an effort to fulfill its institutional responsibilities towards the formation of elementary school teachers in small towns in the state of Bahia, breaking down



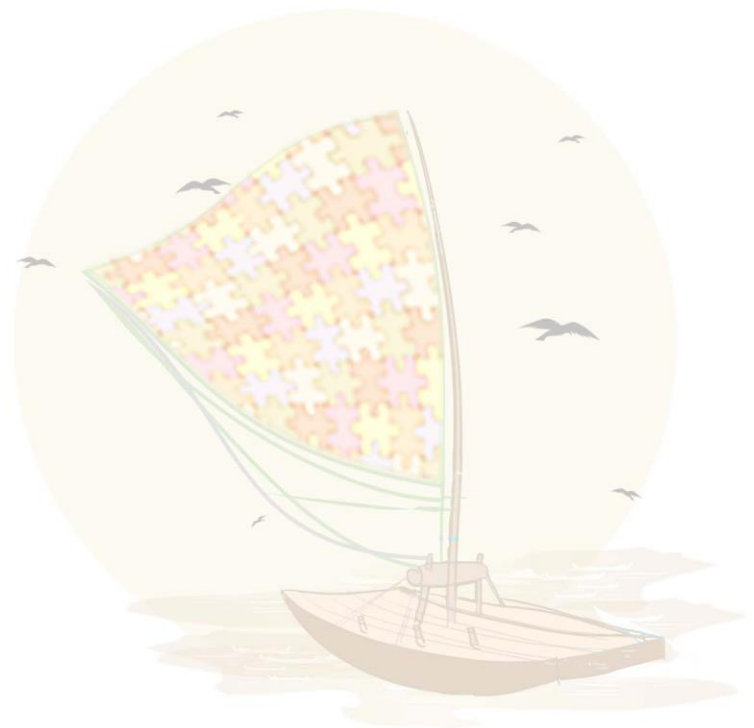
# VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS  
VI SEMINÁRIO DO PIBID  
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18  
FORTALEZA - CE

barriers in traditionalism in teaching and in school administration, and also embracing projects in order to develop other ways of teaching and learning in classrooms.

**Keywords:** Formation of teachers, Public educational policies, University



**EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM TEMPOS DE CRISE DEMOCRÁTICA**

Organização



Realização



Apoio





# VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS  
VI SEMINÁRIO DO PIBID  
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18

FORTALEZA - CE

## Introdução

O ensino superior no Brasil experimenta uma série de desafios importantes, gerados por processos de mudanças significativas de ordem política, econômica e social, ocorridas na última década, em todo o planeta. Destacam-se, nesses processos, o exponencial avanço tecnológico, difusão de conhecimento e a globalização. Estes processos de mudanças afetam as instituições e toda a sociedade. Assim, as transformações educacionais ocorrem de forma contundente em todos os níveis, das salas de aula da educação infantil às do ensino superior.

Nesta direção, mudanças são visíveis sobre o próprio processo de organização das instituições de ensino superior, principalmente quanto ao seu papel social. Zabalza (2007, p. 25) nos diz:

(...) o certo é que a universidade faz parte consubstancial das dinâmicas sociais e está submetida aos mesmos processos e incertezas de âmbito político, econômico ou cultural que afetam qualquer uma das outras realidades e instituições sociais com as quais convive (...).

Este movimento de mudanças tem gerado impactos, sobretudo, na dinâmica organizacional, de forma a impor uma nova razão de ser da Universidade como espaço de formação de sujeitos, em especial a formação de professores. Nesta direção, este texto tem como objeto *a formação de professores e as responsabilidades institucionais neste processo*, considerando a Instituição de Ensino Superior – IES, como principal *lócus* para esta formação, com a finalidade de compreender o papel social da Universidade e sua responsabilidade institucional na formação de professores, bem como a expansão da política de formação de professores da Educação Básica, no interior do estado da Bahia, a exemplo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID; do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR; e da Universidade Aberta do Brasil - UAB.

A literatura da Área aponta que, no Brasil, ainda há uma carência expressiva na formação de professores na Educação Básica, principalmente, no interior do país, o que possibilita o surgimento de políticas para ampliação na oferta de vagas nos cursos de licenciaturas e em Programa de indução à docência e de formação em exercício. Diante disso, as Universidades públicas foram chamadas para, em um curto período de tempo, formar um grande número de professor, atendendo ao que preconiza a LDB 9394/96 no que diz respeito à formação em nível superior. Cabe, então, indagar: Qual o papel social da Universidade, frente aos desafios da formação de professores, principalmente, no interior do estado da Bahia?



# VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS  
VI SEMINÁRIO DO PIBID  
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18  
FORTALEZA - CE

Os pesquisadores que se articulam neste texto, problematizam a responsabilidade da Universidade na proposição de outras, e necessárias, configurações curriculares para os cursos de licenciatura, nas quais o protagonismo docente seja evidenciado por todo processo formativo. A partir de estudos e vivências na área, percebemos demandas que incluem, não só professores, mas profissionais da educação que atuam em espaços escolares sem profissionalização. Temos, ainda, professores atuando fora da sua área de formação e, em outros casos, excedentes, em redes públicas de ensino. Em sua responsabilidade com a educação, qual a articulação necessária pode, e deve ser feita, entre Universidade e Educação Básica?

As duas primeiras décadas deste século estão sendo marcadas pela expansão das políticas públicas que buscam garantir e ampliar a universalização do ensino. No entanto, a nossa LDB está sob ameaça de propostas não tão universais, nem tanto democráticas, como nos assegura a Carta Maior do país. Para as discussões apresentadas, aqui, este texto estrutura-se, metodologicamente, em análises qualificadas de informações produzidas a partir de levantamento documental de fontes disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP; pelo Ministério da Educação – MEC; e de documentos existentes na Universidade do Estado da Bahia, como o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Com o propósito de fomentar discussões epistêmicas, nossa escrita alinha-se com uma revisão bibliográfica sobre Universidade e Contemporaneidade (SOUZA SANTOS, 2011; BOAVENTURA, 2009; FIALHO, 2005); Políticas Públicas Educacionais (DOURADO, 2015; BONETI, 2011; BALL e MAINARDES, 2011); e Formação de Professores (GATTI, 2009; 2011; ANDRÉ, 2016; 2012, PIMENTA, 2009; VEIGA, 2008).

Os resultados, ainda que parciais, evidenciam que a Universidade tem se esforçado para cumprir suas responsabilidades institucionais com a formação de professores da Educação Básica no interior do estado, rompendo barreiras do tradicionalismo no ensino e na gestão e acolhendo projetos, a fim de desenvolver outras formas de ensinar e aprender. Nas duas últimas décadas, contribuiu para o aumento significativo de oferta de cursos de licenciaturas. Contudo, os desafios a serem superados são inúmeros, no sentido de acesso e garantia da qualidade na formação docente, bem como ampliação de investimentos reais nas instituições públicas de ensino superior a partir de políticas de formação de professores. Buscamos, com esses estudos, favorecer o desenvolvimento de reorientações de ações desenvolvidas pela Universidade, com o intuito de contribuir para as discussões sobre formação de professores da Educação – seja na Básica, seja no Ensino Superior.



# VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS  
VI SEMINÁRIO DO PIBID  
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18  
FORTALEZA - CE

## A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O PAPEL DA UNIVERSIDADE

Entendemos que a Universidade é focalizada na defesa da relação entre ela e a escola de Educação Básica, especificamente, no que diz respeito à formação docente. Contudo, abordar o tema Universidade nos dias atuais parece algo distante das nossas possibilidades, devido à complexidade dos elementos a serem considerados, a sensação que se tem é de ser esta uma tarefa irrealizável. As produções sobre a Universidade são abundantes, mas continuam faltando visão de conjunto que oportunize, ao menos a quem nela trabalha, construir uma ideia completa e precisa do seu sentido de ser e existir na sociedade.

As mudanças que ocorreram, principalmente, nos espaços de formação de professores como a grande expansão, em pouco espaço de tempo, das redes de ensino, e o crescimento rápido na oferta de licenciaturas, interferiram de forma significativa na qualidade da educação, o que gerou consequências não só positivas. Sobre isso, Gatti e Barreto (2009, p. 55-56) afirmam que,

A rápida mudança do *locus* da formação docente para o nível superior que se operou no Brasil, acompanhada do crescimento acelerado de IES com escassa ou nenhuma tradição acadêmica na área de formação para o magistério, nos faz indagar sobre a efetiva capacidade de muitas delas acrescentar elementos relevantes à formação de professores nesse novo patamar.

Nessa perspectiva, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, pela amplitude do seu caráter, abriu precedentes para que mudanças significativas ocorressem na Universidade, a exemplo da ampliação da oferta de licenciaturas.

Diante desse contexto, Gatti e Barreto (2009) chamam a atenção para as lacunas que os cursos de licenciatura apresentam no que se refere à aprendizagem em contextos de práticas. Além disso, associam as limitações da formação inicial adquirida em instituições de ensino superior, fortemente ampliadas pelo setor privado a partir dos anos 1980. Para as autoras,

Os currículos desses cursos são pouco atentos à necessidade de uma formação que forneça os instrumentos indispensáveis a um fazer docente consciente de seus fundamentos, com boa iniciação em práticas, e abertos a revisões constantes. (GATTI e BARRETO, 2009, p. 201).

Segundo registros, no Brasil, o ensino superior e os cursos de formação docente nas Faculdades antecederam a implantação da Universidade, que só ocorreram em 1931. A expansão da oferta sempre levou em consideração a demanda e a oferta de educação. Fialho (2011) aponta que as Universidades estaduais da Bahia, reconhecidas pela sua grande abrangência, são responsáveis pela formação de um número significativo de professores, através dos vários cursos de licenciatura.



# VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS  
VI SEMINÁRIO DO PIBID  
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18  
FORTALEZA - CE

A autora destaca a responsabilidade atribuída a essas Universidades na formação de professores da Educação Básica e enfatiza que elas tiveram sua gênese nas antigas faculdades de formação de professores. Nessa direção, trago como exemplo próximo a Universidade do Estado da Bahia-UNEB, que, segundo o seu criador, Boaventura (2009), no primeiro momento de sua constituição congregou as Faculdades de Agronomia do Médio São Francisco, de Formação de Professores de Alagoinhas, Jacobina e Santo Antônio de Jesus.

É importante assinalar que, para compreender e repensar a formação do professor, é necessário tomar consciência do sistema de possibilidades que são oferecidas, compreendendo a Universidade como o espaço formador de sujeitos sociais, capazes de enfrentar seus desafios e lutas. Boaventura (2009, p. 77) nos diz que “não pode haver educação e educação de qualidade sem Universidade”. A partir desta afirmativa um movimento de reflexões sobre formação de professores para Educação Básica na Universidade, se faz necessário e urgente, tendo em vista, que estudos dos mais variados indicam que a formação desses profissionais, tem sido atividade secundária que revelada através da desvalorização dos cursos de licenciatura face aos cursos de bacharelado.

Assim, como mencionado, aqui, a formação de professores é uma necessidade que justifica criação de condições propulsoras do desenvolvimento de ações inovadoras e interventivas na Universidade da sociedade contemporânea.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS À FORMAÇÃO DOCENTE**

A literatura aponta que, no Brasil, a produção de pesquisa em Políticas Públicas ainda é considerada pequena e recente; porém, o aumento dessa produção tem sido significativo e constante, em diversas áreas além das ciências políticas, e “apenas nas últimas décadas foi incorporada à nossa agenda de pesquisa” (SOUZA, 2003, p. 01).

Já o cenário que envolve a discussão do objeto desta pesquisa é marcado pela intensidade de sua produção em um momento em que diversas reformas estruturais ocorrem no contexto educacional do país. Mas, destacamos que, no âmbito das políticas educacionais, formação de professores tem sido um dos temas mais discutidos. Tem também causado enorme desassossego naqueles que ainda acreditam e colocam na Educação a esperança de uma melhor qualidade de vida.

Mesmo concebendo a ideia de que inúmeros fatores interferem diretamente em sua qualidade, a importância dos professores para ela é, fortemente, reconhecida. Gatti, Barreto e André (2011) destacam que as políticas educacionais no Brasil - demandas como a formação inicial e continuada, os planos de carreira, as condições de trabalho e a valorização desses profissionais,



# VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS  
VI SEMINÁRIO DO PIBID  
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18  
FORTALEZA - CE

entre outros fatores -, ainda são desafios que abrangem tanto aos futuros professores licenciados, quanto aos docentes em seu processo contínuo de formação.

É nesse contexto que as pesquisas sobre a qualidade da educação Pública têm o seu foco na formação do professor e nas políticas de valorização desse profissional; e têm acompanhado não somente os discursos nacionais, mas, também, e de forma preeminente, os discursos e recomendações internacionais, por órgãos como Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, o Banco Mundial – BM, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL, e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE.

Tendo em vista a importância atribuída ao professor para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, as parcerias firmadas entre a UNESCO e o Ministério da Educação e Cultura – MEC, têm tido notoriedade na formulação de políticas para a educação no Brasil. Vale ressaltar que, do ponto de vista do contexto histórico, as recomendações dos órgãos internacionais têm sido referência para o desenvolvimento de políticas educacionais no Brasil.

Mainardes (2006, p. 52) nos adverte sobre esse aspecto quando diz que essas agências podem influenciar o processo de criação de políticas nacionais, pois “Tais influências, (...) são sempre recontextualizadas e reinterpretadas pelos Estados-nação”. Em se tratando dos professores, leis, planos, documentos, programas e políticas nacionais dão indícios de aproximação com tais orientações. Para pensar políticas educacionais e, em especial, voltadas à formação de professores, se faz necessário compreender a trajetória dessas políticas, pois para “melhor compreendermos as políticas docentes é preciso considerá-las no bojo das políticas educacionais que as configuram” (GATTI, BARRETO E ANDRÉ, 2011, p. 31).

Em um detalhado e amplo estudo sobre os professores da Educação Básica no Brasil, realizado sob o fomento da UNESCO, Gatti e Barreto (2009) se propuseram a analisar as características da formação docente, os planos de carreira e os salários dos professores.

O estudo revelou muitas fragilidades no sistema educacional brasileiro, as quais geram consequências diretas, não só na qualidade de ensino, nas condições de trabalho dos professores, na carreira, nos salários, nas práticas pedagógicas, como também nos processos de formação de professores nas diferentes esferas de execução (federal, estadual e municipal), nas universidades e nas implicações desses processos formadores nas escolas em todo o país. O estudo deixa claro também, que, tanto a formação inicial, quanto a continuada, entre outros aspectos, ainda são desafios para as políticas educacionais no Brasil.



# VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS  
VI SEMINÁRIO DO PIBID  
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18  
FORTALEZA - CE

Portanto, ao se refletir sobre a formação de professores, é preciso tomar como referência uma série de fatores que permeiam a educação em seu contexto nacional e internacional e o sentido dado pelo estado à gestão de políticas educacionais e a política de formação de professores. É importante destacar que, nesse estudo, as atividades dos docentes não são vistas como ações exclusivamente constituídas por princípios e preocupações educacionais, isentas de influências outras que permeiam a escola e a sociedade em geral. Como aponta Ball (2018, p. 36), pesquisas baseadas na culpabilização “nas quais as políticas são sempre soluções e nunca parte do problema”.

Como base legal das políticas de formação e valorização de professores no Brasil, destaca-se, inicialmente, a Constituição Federal - CF de 1998, que estabelece no Artigo 206 os princípios que devem nortear a organização do ensino.

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de prova e títulos, aos das redes públicas, (Redação dada pela emenda constitucional nº 53, 2006).

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação pública, nos termos da lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

Além da CF, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº 9.394/96, no Art. 67, estabelece que os sistemas de ensino promovam a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive, nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério.

Nesse movimento de mudanças, no decorrer das três últimas décadas foram criadas e implantadas sucessivas Leis, Resoluções e medidas, tendo como pano de fundo a valorização dos profissionais do Magistério. Diante da necessidade de oferecer formação inicial e continuada a um número maior de professores, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 5.800/2006, sob a responsabilidade da Diretoria de Educação a Distância, ligada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, criou a Universidade Aberta do Brasil - UAB, o que Gatti, Barreto e André (2011) consideram, pelas dimensões que assume, uma das mais importantes medidas voltadas para o processo formativo do pessoal do magistério. Na sequência, no ano de 2007, surge como política de formação inicial de docentes o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID, criado em 2007, visando principalmente, a indução de jovem a docência e conseqüentemente a valorização do magistério.

Em 30 de Junho de 2011, foi publicada a Portaria Normativa nº 9, do Ministério da Educação, com o objetivo de atingir uma meta de formar os 600 mil professores brasileiros que ainda não possuíam formação considerada adequada para o trabalho que exerciam (BRASIL/MEC,





# VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS  
VI SEMINÁRIO DO PIBID  
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18  
FORTALEZA - CE

2009); assim, foi criado o Plano Nacional de Formação de Professores - PARFOR. Essa ação ampliou as possibilidades dos professores participarem de uma formação continuada - muitos deles, no próprio município de atuação. Isso se deve a interiorização e ao grande alcance das Universidades estaduais.

Boaventura (2009) nos diz que, com a interiorização da educação superior, foram criadas Universidades que possibilitaram a formação de profissionais do ensino. Outra possibilidade de um maior número de professores terem acesso à formação tanto inicial quanto em exercício sem, na sua maioria, ter de percorrer longas distâncias foi por meio da Universidade Aberta do Brasil – UAB, com a oferta de cursos de licenciatura a distância.

Em 09 de janeiro de 2001, tendo como objetivo central a melhoria na qualidade de ensino, é aprovado pela Lei nº 10.172, o Plano Nacional de Educação - PNE. É importante salientar que, para o PNE, os professores são considerados sujeitos fundamentais no processo de melhoria da educação. A formação de professores e a valorização dos profissionais da Educação continuam sendo o ponto central da política do governo. Segundo o MEC/INEP (2010, p. 01),

Um dos principais desafios do Brasil é a melhoria da qualidade da educação básica. E se há um consenso atualmente na área da educação, este é o da relevância do papel do professor para esse processo.

Assim, em 25 de junho de 2014 é aprovado pela a Lei nº 13.005/2014 o segundo PNE para o decênio 2014/2024. Em consonância com este, estados e municípios também foram incumbidos de criarem seus planos decenais.

Sem negar a validade e legitimidade das políticas, aqui descritas, enquanto políticas nacionais de formação de professores para a Educação Básica, é conveniente analisar alguns pontos para pensar as implicações das políticas e suas respectivas legislações nas ações de formação de professores.

Para Mainardes (2006, p, 53), “os textos das políticas terão uma pluralidade de leituras em razão da pluralidade de leitores”. É preciso problematizar os efeitos e consequências de legislações e políticas educacionais, os quais em um determinado momento mostram possibilidades para a ação dos educadores, em outro momento rompem com essas mesmas possibilidades, e acabam por fortalecer uma política de aligeiramento no processo de formação docente. Nesse sentido, ancorada em Ball (2018), defendo a importância de análise dos processos pelos quais as políticas são produzidas e implantadas, bem como suas estratégias e efeitos.



# VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS  
VI SEMINÁRIO DO PIBID  
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18  
FORTALEZA - CE

Essa ideia se desenvolve partindo do princípio de que a eficácia das políticas depende do modo como são discutidas, aprovadas e executadas. Os processos de discussão, negociação e aprovação são tão importantes quanto o conteúdo específico das próprias políticas. Assim, considerando o que nos diz Ball (1993, apud MAINARDES, 2006) políticas, além de processos e consequências, são entendidas como texto e também discursos e emergem em meio a relações de poder. Logo, o que se espera é que haja uma maior articulação entre o Ministério da Educação – MEC, as instituições formadoras e os sistemas e redes de Educação Básica, com compromisso e responsabilidades compartilhadas entre todos no desenvolvimento das políticas já existentes, e uma maior participação nas que certamente surgirão, para que os efeitos destas políticas sejam produtivos e alterem a realidade da educação em nosso país.

## **A PARFOR, O PIBID E A UAB COMO POLÍTICAS DE EXPANÇÃO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO INTERIOR DA BAHIA**

No ano de 2006, mediante a necessidade de expandir e interiorizar a oferta de formação inicial e em exercício para professores da educação básica, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 5.800/2006, sob a responsabilidade da Diretoria de Educação a Distância, ligada à CAPES, criou a Universidade Aberta do Brasil, a partir de então, a Universidade do Estado da Bahia - UNEB, considerada a maior Universidade do estado e pioneira em interiorização do Ensino Superior do Estado da Bahia, destacando-se, principalmente, na formação de professores, passou a organizar projetos de cursos de Licenciaturas para oferecer através de polos de Educação a Distância. Assim, em 2008 o polo de Euclides da Cunha, teve sua implantação efetivada e passou a ofertar cursos para formação inicial de professores da Educação Básica, iniciando com os cursos de Matemática, Química e História, e posteriormente, de acordo com as demandas outros cursos de formação inicial, a exemplo, de Educação Física e Geografia. Em diálogo com a Secretaria Municipal de Educação e com a população, a coordenação do polo percebeu a necessidade de oferecer também formação continuada por meio da Educação a Distância. Assim buscou junto a IES, e esta não hesitou em atender a demanda, ofereceu inicialmente o curso de Educação a Distância e posteriormente o curso de Libras.

No ano 2007, no intuito de assumir a responsabilidade principal na organização de políticas educacionais na federação, o Governo Federal lançou o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, criado pelo Decreto 6.094/2007, como Programa estratégico do Plano de Desenvolvimento da Educação. A partir deste momento, o governo central iniciou um movimento



# VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS  
VI SEMINÁRIO DO PIBID  
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18  
FORTALEZA - CE

para estabelecer colaboração com as unidades federativas por meio de programas ofertados pelo MEC.

Diante disso, a CAPES por meio da DEB, promoveu programas em âmbito nacional dentre eles: o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), elementos deste estudo.

A UNEB, mais uma vez perseguindo seu objetivo de interiorizar a educação superior do Estado e operacionalizar novas experiências e vivências aos professores da educação básica, em formação e em exercício, firma mais uma vez, parcerias com os governos, federal e municipal e passa oferecer pelo PARFOR, Licenciaturas nos 29 Departamentos, distribuídos em 17 territórios de identidade, sobretudo nos Departamentos do interior, por apresentarem uma demanda maior de professores atuando sem a formação adequada. Assim, os municípios de Euclides da Cunha, Canudos, Quijingue, Monte Santo e Tucano de acordo com as necessidades foram contemplados com formação superior.

Com o intuito de fortalecer o processo de formação inicial de professores, a Universidade do Estado da Bahia, a partir do Edital Pibid Capes 02/2009, desenvolve o Projeto intitulado *A docência partilhada: universidade e escola*, tendo nestes espaços a construção dos elementos essenciais à docência. Com o objetivo de “(...) promover a inserção dos estudantes das licenciaturas no cotidiano das escolas, a fim de compreender em suas diferentes e complexas dimensões.” (UNEB, 2009), a UNEB assume provocar, repensar e fortalecer as licenciaturas, através do Pibid.

Nessa perspectiva, no edital em vigência do Programa, nº 07/2018, a UNEB conta com 1291 (um mil duzentos e noventa e um) bolsas de Iniciação à Docência. O campus XXII-Euclides da Cunha foi contemplado, e a partir de então, o programa tem ganhado visibilidade e aceitação por parte das Unidades Escolares e seus atores, contando com 24 bolsistas e 01 estudante voluntário.

O Programa ganhou força em toda a Universidade, contemplando assim os Campi do interior. No município de Euclides da Cunha, sua importância tem sido revelada em Relatórios apresentados ao Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias – DCHT, Campus XXII, e em relatos de estudantes de professores da Universidade e das escolas parceiras do Programa. Temos uma unanimidade em conceituar o Programa como essencial para formação inicial do professor, para formação em exercício dos professores que estão nas escolas e para os estudantes que se envolvem efetivamente nas atividades propostas pelo PIBID, pois é nessa articulação fecunda entre Universidade e Escola Básica, que se fortalece a formação e a prática educativa de professores. Tal perspectiva coaduna com Rego e Passos (2016), para quem o Programa vem oportunizando



# VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS  
VI SEMINÁRIO DO PIBID  
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18  
FORTALEZA - CE

mudanças essenciais no dia a dia das escolas públicas municipais e estaduais, assim como despertando nos licenciandos uma relação afetiva e profissional com a docência.

A UNEB, a partir de políticas públicas, aqui elencadas, vem buscando ressignificar sua missão e seu papel social, enquanto maior celeiro de formação de professores no Estado da Bahia, repensando seus currículos e a formação dos seus professores – esses formadores de professores para a Educação Básica e cada vez mais estreita sua relação com as escolas da educação básica de seus entornos, por entender, que o maior papel da Universidade é promover a formação pessoal e profissional do ser humano, que frequenta o seu interior, em cada território baiano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse cenário de expansão de políticas educacionais para formação de professores da Educação Básica no interior da Bahia, a Educação a Distância a partir da criação da UAB, vem paulatinamente ampliando seu campo de atuação no município de Euclides da Cunha, bem como em municípios circunvizinhos, como forma de atender principalmente às demandas de formação de professores da Educação Básica.

Já o PARFOR, teve seu momento de muita demanda e, conseqüentemente, oferta de vagas. Porém, devido à baixa demanda indicada pelas Secretarias Municipais de Educação de Euclides da Cunha, e dos municípios atendidos pelo Campus Cunha XXII - Euclides da Cunha, a oferta de vagas foi diminuída, sendo ofertadas apenas 50 vagas recentemente para o município de Chorrochó.

Ainda na direção da expansão de políticas educacionais para formação de professores, resistindo a muitos percalços o Programa ainda se mantém firme no município de Euclides da Cunha, só que com redução na oferta. O mesmo não ocorre com o PIBID, que tem se mantido com resistência, mantendo uma constância na oferta e aumento da demanda. Já as licenciaturas à distância tem havido bastante demanda, mas pouca oferta nos últimos anos. A licenciatura de Letras – Língua Portuguesa e suas Literaturas, por estar sendo ofertada por 15 anos seguidos, já não atende as demandas do município de Euclides da Cunha, bem como dos municípios circunvizinhos.

A Universidade do Estado da Bahia diante de um cenário de resistência a todas as dificuldades que lhe são impostas no âmbito político, social e econômico tem desempenhado um papel de extrema relevância nas políticas de expansão e interiorização do ensino superior em especial para formação de professores para Educação Básica no interior da Bahia, através do Campus XXII - Euclides da Cunha, contudo, os desafios a serem superados são inúmeros, no sentido de acesso e garantia da qualidade na formação docente, bem como ampliação de investimentos reais nas instituições públicas de ensino superior a partir de políticas de formação de



# VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS  
VI SEMINÁRIO DO PIBID  
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18  
FORTALEZA - CE

professores. Buscamos, com esses estudos, favorecer o desenvolvimento de reorientações de ações desenvolvidas pela Universidade, com o intuito de contribuir para as discussões sobre formação de professores da Educação – seja na Básica, seja no Ensino Superior.

Neste contexto, cabe refletir acerca da formação de professores nos espaços da Universidade, buscando repensar a formação desses sujeitos, relacionando-a com o processo de globalização, econômico-social, político e cultural, sem esquecer-se do conceito de autonomia universitária da organização acadêmica e do papel social da Universidade.

## REFERÊNCIAS

REGO, Eysen Rego, PASSOS, Miriam Barreto de Almeida, (orgs.). **INICIAÇÃO À DOCÊNCIA** diálogos, memórias e experiências do PIBID UNEB. Salvador: EDUNEB; e-book.br, 2016.

ANDRÉ, Marli, (Org.). **Práticas Inovadoras na Formação de Professores**. Campinas, SP: Papyrus, 2016.

\_\_\_\_\_. Políticas e Programas de apoio aos professores iniciantes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. v. 42, n. 145, p. 112-129, jan./abr. 2012.

\_\_\_\_\_. O trabalho docente do professor formador e as práticas curriculares da Licenciatura na voz dos estudantes. In: SANTOS, Lucíola L. de C. P.; FAVACHO, André Márcio P. (orgs.). **Políticas e práticas curriculares: desafios contemporâneos**. Curitiba, PR: CRV, 2012.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Org.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BOAVENTURA, Edvaldo M. **A construção da universidade baiana: objetivos, missões e afrodescendência**. Salvador: EDUFBA, 2009.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas Públicas por dentro**. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2011.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

DOURADO, Luiz Fernandes. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 36, nº. 131, p. 299-324, abr.-jun., 2015.

FIALHO, Nadia Hage. **Universidade multicampi**. Brasília. Plano Editora, 2005.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmaz de Afonso. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. UNESCO, 2011.

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. de S. (Coord). **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

PIMENTA, Selma G (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. S. Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; D'ÁVILA, Cristina Maria (Org.). **Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas**. Campinas, SP: Papyrus, 2008.